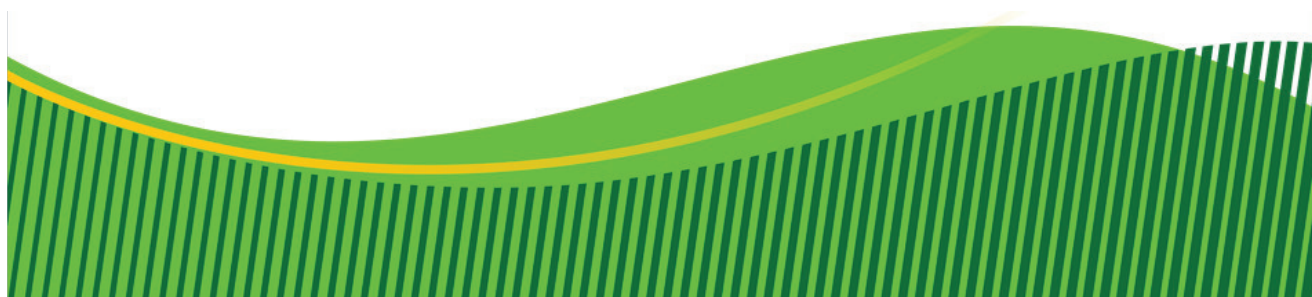


Relatório Anual 2018

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Nossa Terra - Sicredi Nossa Terra PR/SP

Diretoria Executiva de Administração
Superintendência de Controladoria
Gerência Contábil





Iguatemi Business
Avenida Nilo Peçanha, 2.900
9º andar –Chácara das Pedras
91.330-001- Porto Alegre- RS- Brasil
Tel: +55 51 3204-5500
ey.com.br

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Administradores e Associados da
Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Nossa Terra - Sicredi Nossa Terra PR/SP
Cafelândia - PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Nossa Terra - Sicredi Nossa Terra PR/SP (“Cooperativa”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018, e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Nossa Terra - Sicredi Nossa Terra PR/SP em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.



- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 11 de fevereiro de 2019

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC – 2SP015199/O-6

Américo F. Ferreira Neto
Contador CRC-1SP192685/O-9

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Ao findarmos mais um exercício prestamos contas aos senhores associados dos resultados obtidos. Em cumprimento aos dispositivos legais e ao estatuto social, divulgamos as Demonstrações Financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Nossa Terra - Sicredi Nossa Terra PR/SP, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a “transparência na gestão”, esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Nossa Terra - Sicredi Nossa Terra PR/SP
CNPJ/MF nº 81.192.106/0001-36

ATIVO		31/12/2018	31/12/2017	PASSIVO		31/12/2018	31/12/2017
CIRCULANTE		486.479	455.064	CIRCULANTE		289.735	205.874
DISPONIBILIDADES (NOTA 04)		10.382	8.090	DEPÓSITOS (NOTA 11)		159.441	83.059
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		241.905	232.728	Depósitos à Vista		103.795	57.588
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar		3	1.272	Depósitos a Prazo		55.646	25.471
Tesouro Nacional-Recursos Crédito Rural		14	65	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		89.579	92.222
Correspondentes no país		147	97	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar		11	7.170
Centralização Financeira - Cooperativas (NOTA 04)		241.741	231.294	Repasses Interfinanceiros (NOTA 12)		89.568	85.052
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 06)		208.936	198.823	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS		616	748
Operações de Crédito		223.003	210.472	Recursos em Trânsito de Terceiros		616	748
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)		(14.067)	(11.649)	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO (NOTA 13)		7.010	5.593
OUTROS CRÉDITOS		19.716	13.962	Empréstimos País - Outras Instituições		7.010	5.593
Créditos por Avais e Fianças Honoradas (NOTA 06)		115	125	OUTRAS OBRIGAÇÕES		33.089	24.252
Rendos a Receber		1.236	1.092	Cobrança e Arrecadação de Tributos		162	168
Diversos (NOTA 06 e 07)		18.727	12.977	Sociais e Estatutárias		1.816	1.813
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)		(352)	(232)	Fiscais e Previdenciárias		1.329	633
OUTROS VALORES E BENS (NOTA 08)		5.540	1.461	Diversas (NOTA 14)		29.782	21.638
Outros Valores e Bens		5.425	1.420				
(Provisão para desvalorização)		(2)	(4)				
Despesas Antecipadas		127	45				
NÃO CIRCULANTE		145.110	97.091	NÃO CIRCULANTE		231.385	252.707
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (NOTA 05)		1.117	622	DEPÓSITOS (NOTA 11)		207.892	243.017
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		1.117	622	Depósitos a Prazo		207.892	243.017
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 06)		109.222	66.374	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS (NOTA 12)		16.323	2.520
Operações de Crédito		117.053	74.166	Repasses Interfinanceiros		16.323	2.520
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)		(7.821)	(7.792)	OUTRAS OBRIGAÇÕES (NOTA 14)		7.170	7.170
OUTROS CRÉDITOS (NOTA 06 e 07)		3	1	Diversas		7.170	7.170
Diversos		3	1				
INVESTIMENTOS (NOTA 09)		17.254	15.782	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		110.469	93.574
Outros Investimentos		17.254	15.782	CAPITAL SOCIAL (NOTA 16)		60.008	52.891
IMOBILIZADO DE USO (NOTA 10)		14.457	12.086	De Domiciliados no País		61.428	53.726
Imóveis de Uso		3.450	3.200	(Capital a Realizar)		(1.420)	(835)
Outras Imobilizações de Uso		17.214	14.032	RESERVAS DE SOBRAS		47.287	38.584
(Depreciação acumulada)		(6.207)	(5.146)	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS		3.174	2.099
INTANGÍVEL (NOTA 10)		3.047	2.226				
Outros Ativos Intangíveis		5.475	4.070				
(Amortização acumulada)		(2.428)	(1.844)				
TOTAL DO ATIVO		631.589	552.155	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		631.589	552.155

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Nossa Terra - Sicredi Nossa Terra PR/SP
CNPJ/MF nº 81.192.106/0001-36

Descrição das contas	01/07/2018 a 31/12/2018			01/01/2018 a 31/12/2018			01/01/2017 a 31/12/2017		
	Ato Cooperativo	(Não auditado) Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	34.912	-	34.912	67.604	-	67.604	62.949	-	62.949
Operações de Crédito	34.853	-	34.853	67.523	-	67.523	62.907	-	62.907
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	26	-	26	45	-	45	33	-	33
Resultado das Aplicações Compulsórias	33	-	33	36	-	36	9	-	9
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(15.890)	(28)	(15.918)	(31.577)	(49)	(31.626)	(42.741)	(567)	(43.308)
Operações de Captação no Mercado	(8.064)	(28)	(8.092)	(15.384)	(49)	(15.433)	(22.425)	(35)	(22.460)
Operações de Empréstimos e Repasses	(3.185)	-	(3.185)	(6.614)	-	(6.614)	(6.981)	(532)	(7.513)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(4.641)	-	(4.641)	(9.579)	-	(9.579)	(13.335)	-	(13.335)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	19.022	(28)	18.994	36.027	(49)	35.978	20.208	(567)	19.641
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(14.204)	2.309	(11.895)	(24.631)	4.204	(20.427)	(11.207)	3.256	(7.951)
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	2.956	5.073	8.029	5.604	9.500	15.104	4.784	6.883	11.667
Rendidas de Tarifas Bancárias	2.128	-	2.128	4.241	-	4.241	3.981	-	3.981
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(11.271)	(1.109)	(12.380)	(20.636)	(1.922)	(22.558)	(17.677)	(1.358)	(19.035)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 19)	(10.062)	(1.371)	(11.433)	(19.528)	(2.499)	(22.027)	(16.742)	(1.696)	(18.438)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(25)	(257)	(282)	(103)	(486)	(589)	(109)	(352)	(461)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais (Nota 20)	9.490	459	9.949	18.386	499	18.885	23.830	292	24.122
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 21)	(7.420)	(486)	(7.906)	(12.595)	(888)	(13.483)	(9.274)	(513)	(9.787)
RESULTADO OPERACIONAL	4.818	2.281	7.099	11.396	4.155	15.551	9.001	2.689	11.690
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(138)	(2)	(140)	(139)	12	(127)	(24)	57	33
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	4.680	2.279	6.959	11.257	4.167	15.424	8.977	2.746	11.723
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-	359	359	-	456	456	-	-	-
Provisão para imposto de Renda	-	217	217	-	294	294	-	-	-
Provisão para Contribuição Social	-	142	142	-	162	162	-	-	-
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	-	-	-	11.257	4.623	15.880	8.977	2.746	11.723
RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	-	-	-	4.623	(4.623)	-	2.746	(2.746)	-
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES	4.680	2.638	7.318	15.880	-	15.880	11.723	-	11.723
DESTINAÇÕES	-	-	-	(12.706)	-	(12.706)	(9.624)	-	(9.624)
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(3.474)	-	(3.474)	(3.416)	-	(3.416)
Fates - Estatutário	-	-	-	(529)	-	(529)	(350)	-	(350)
Reserva Legal - Estatutária	-	-	-	(6.878)	-	(6.878)	(4.548)	-	(4.548)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	-	-	(1.825)	-	(1.825)	(1.310)	-	(1.310)
SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO	-	-	-	3.174	-	3.174	2.099	-	2.099

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Nossa Terra - Sicredi Nossa Terra PR/SP
CNPJ/MF nº 81.192.106/0001-36

	Capital Social	Reserva Legal	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do período em 01/01/2017	46.737	32.726	1.815	81.278
Destinação resultado exercício anterior				
Distribuição de sobras para associados	1.802	-	(1.802)	-
Outras destinações	-	-	(13)	(13)
Capital de associados				
Aumento de capital	2.353	-	-	2.353
Baixas de capital	(1.357)	-	-	(1.357)
Resultado do período	-	-	11.723	11.723
Destinações				
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(350)	(350)
Reserva Legal - Estatutária	-	4.548	(4.548)	-
Juros sobre o Capital Próprio	3.356	-	(3.416)	(60)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	1.310	(1.310)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2017	52.891	38.584	2.099	93.574
Mutações do Período	6.154	5.858	284	12.296
Saldos no início do período em 01/01/2018	52.891	38.584	2.099	93.574
Destinação resultado exercício anterior				
Distribuição de sobras para associados	2.086	-	(2.086)	-
Outras destinações	-	-	(13)	(13)
Capital de associados				
Aumento de capital	2.767	-	-	2.767
Baixas de capital	(1.164)	-	-	(1.164)
Resultado do período	-	-	15.880	15.880
Destinações				
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(529)	(529)
Reserva Legal - Estatutária	-	6.878	(6.878)	-
Juros sobre o Capital Próprio	3.428	-	(3.474)	(46)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	1.825	(1.825)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2018	60.008	47.287	3.174	110.469
Mutações do Período	7.117	8.703	1.075	16.895
Saldos no início do período em 01/07/2018 (Não auditado)	55.515	38.584	8.562	102.661
Capital de associados				
Aumento de capital	1.715	-	-	1.715
Baixas de capital	(650)	-	-	(650)
Resultado do período	-	-	7.318	7.318
Destinações				
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(529)	(529)
Reserva Legal - Estatutária	-	6.878	(6.878)	-
Juros sobre o Capital Próprio	3.428	-	(3.474)	(46)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	1.825	(1.825)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2018	60.008	47.287	3.174	110.469
Mutações do Período	4.493	8.703	(5.388)	7.808

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Nossa Terra - Sicredi Nossa Terra PR/SP
CNPJ/MF nº 81.192.106/0001-36

	01/01/2018 a 31/12/2018 (Não auditado)	01/01/2018 a 31/12/2018	01/01/2017 a 31/12/2017
RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	9.364	20.232	19.375
Resultado do semestre/exercício	7.318	15.880	11.723
AJUSTES AO RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	2.046	4.352	7.652
Provisão para operações de crédito	1.464	2.446	5.385
(Reversão) Provisão para desvalorização de outros valores e bens	(1)	(2)	1
Provisão para desvalorização de outros créditos	54	121	142
Depreciação do imobilizado de uso	841	1.628	1.485
Amortização do intangível	315	584	501
Baixas do ativo permanente	185	214	51
(Reversão) Provisão para passivos contingentes	(158)	(124)	227
Destinações ao FATES	(529)	(529)	(350)
Dividendos SicrediPar	(125)	14	210
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	32.385	(1.949)	4.858
(Aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez	(476)	(495)	(333)
(Aumento) Redução em relações interfinanceiras ativas	1.473	1.270	(1.271)
(Aumento) Redução em créditos vinculados	12	51	(66)
(Aumento) Redução em relações com correspondentes	(65)	(50)	19
(Aumento) em operações de crédito	(58.705)	(55.417)	(47.168)
Aumento em relações interfinanceiras passivas	28.109	11.160	14.420
(Aumento) em outros créditos	(419)	(5.893)	(3.981)
(Aumento) em outros valores e bens	(3.043)	(4.078)	(172)
Aumento em depósitos	56.880	41.257	35.451
Aumento (Redução) em relações interdependências passivas	(2.466)	(133)	475
Aumento em obrigações por empréstimos e repasses	230	1.418	1.269
Absorção de dispêndios pelo FATES	-	(350)	(302)
Aumento em outras obrigações	10.855	9.311	6.517
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	41.749	18.283	24.233
Aquisição de Investimentos	-	(1.471)	(1.235)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(1.962)	(4.213)	(1.187)
Aplicações no Intangível	(525)	(1.404)	(727)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(2.487)	(7.088)	(3.149)
Integralização de capital	1.715	2.767	2.353
Baixa de capital	(650)	(1.164)	(1.357)
Juros ao capital próprio	(46)	(46)	(60)
Distribuição de Sobras	-	(13)	(13)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	1.019	1.544	923
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	40.281	12.739	22.007
Caixa e equivalente de caixa no início do período	211.842	239.384	217.377
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (NOTA 04)	252.123	252.123	239.384

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(EM MILHARES DE REAIS)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Nossa Terra - Sicredi Nossa Terra PR/SP ("Cooperativa"), é uma instituição financeira cooperativa, filiada à Cooperativa Central de Crédito, Poupança e Investimento dos Estados do Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro - Central Sicredi PR/SP/RJ e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou as atividades em 07/10/1988 e tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2018, está organizado por 114 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 1.684 pontos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação das Cooperativas do Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A. ("Banco").

A Cooperativa e parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FCCoOP), associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução CMN nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de recursos de segurança).

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Bacen (CPC 01, 03, 04, 05, 10, 23, 24, 25 e 27), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar 130 de 17 de abril de 2009.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 06 de Fevereiro de 2019.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

d) Relações interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

e) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização ("accrual") das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

f) Provisão para operações de crédito

A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

g) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

h) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, referem-se a participação em empresas do Sistema Sicredi, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

i) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível", que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

j) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de logiciais, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível".

k) Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são revisados anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

l) Depósitos a prazo

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

m) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

n) Impostos e contribuições

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL, limitados a 30% do lucro tributável.

o) Ativos e Passivos contingentes

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes estão consubstanciadas na Resolução nº 3.535/08 do CMN, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxito prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles classificados como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

p) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidos com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração dos Fluxos de Caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	2018	2017
Disponibilidades	10.382	8.090
Relações Interfinanceiras - Centralização financeira em Cooperativa Central	241.741	231.294
Total	252.123	239.384

A Centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média de 2018 equivale a 100% do CDI.

NOTA 05 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	2018	2017
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	1.117	622
CDI Banco Cooperativo Sicredi S.A.	1.117	622
Total não circulante	1.117	622

NOTA 06 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação

Operações de crédito	2018			2017
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Empréstimos e títulos descontados	125.893	85.112	211.005	179.537
Financiamentos	11.548	13.417	24.965	20.777
Financiamentos rurais e agroindustriais	85.562	18.524	104.086	84.324
Carteira total	223.003	117.053	340.056	284.638

Estão incluídos na base de cálculo da provisão para operações de crédito valores relativos a outros créditos, assim compostos:

Outros créditos	2018			2017
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Avais e Fianças Honorados	115	-	115	125
Títulos e créditos a receber (i)	16.276	3	16.279	10.522
Total	16.391	3	16.394	10.647

(i) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de Risco	%	Carteira		Provisão para Operações de Crédito e Outros Créditos	
		2018	2017	2018	2017
Nível A	0,50	102.275	97.834	511	489
Nível B	1,00	133.747	105.908	1.337	1.083
Nível C	3,00	70.102	44.305	2.103	1.329
Nível D	10,00	25.879	24.659	2.588	2.466
Nível E	30,00	8.154	5.708	2.446	1.713
Nível F	50,00	3.553	7.709	1.777	3.855
Nível G	70,00	4.207	1.413	2.945	989
Nível H	100,00	8.533	7.749	8.533	7.749
Total		356.450	295.285	22.240	19.673

c) Composição da carteira de créditos segregada por tipo de cliente, atividade econômica e faixas de vencimento

Setor	Vencidas a partir de 15 dias	2018			Total da Carteira	2017
		A vencer				
		Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias		
Pessoas Físicas	4.264	27.854	48.961	54.638	135.717	111.486
Rural	89	6.825	78.648	18.524	104.086	84.324
Industrial	819	5.070	4.776	7.579	18.244	16.247
Comércio	1.711	16.416	20.420	18.514	57.061	51.783
Outros Serviços	1.786	8.630	13.125	17.801	41.342	31.445
Total	8.669	64.795	165.930	117.056	356.450	295.285

d) Concentração das operações de crédito

	2018	%	2017	%
10 maiores devedores	45.346	12,72	38.301	12,97
50 devedores seguintes	62.905	17,65	54.996	18,62
100 devedores seguintes	50.911	14,28	43.233	14,64
Demais	197.288	55,35	158.755	53,77
Total	356.450	100	295.285	100

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa e outros créditos

	2018	2017
Saldo inicial		14.146
Constituição de provisão	9.579	13.335
Movimentação de baixados para prejuízo	(7.012)	(7.808)
Saldo final	22.240	19.673

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 as recuperações de operações de crédito anteriormente baixadas como prejuízo, no montante de R\$ 2.263 (2017 - R\$ 1.996), foram registradas como "Ingressos e Receitas de Intermediação Financeira".

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 13.555 (2017 - R\$ 18.284).

NOTA 07 – OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

	2018	2017
Adiantamentos e antecipações salariais	105	121
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	532	1.150
Devedores por depósitos em garantia	2	2
Impostos e contribuições a compensar	770	405
Títulos e créditos a receber	16.276	10.521
Valores honorados	-	98
Operações com cartões	370	40
Pendências a regularizar	72	60
Outros	600	580
Total Circulante	18.727	12.977

Títulos e créditos a receber	3	1
Total não circulante	3	1

(i) Refere-se à antecipação de valores para a Confederação Sicredi, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas.

NOTA 08 – OUTROS VALORES E BENS

	2018	2017
Bens não de uso próprio	5.415	1.420
Imóveis	5.263	1.262
Veículos e afins	48	37
Bens em regime especial	104	121
Despesas antecipadas	127	45
Provisão (Redução do valor recuperável - Bens não de uso)	(2)	(4)
Total Circulante	5.540	1.461

Conforme determinações previstas no CPC 01, foi constituída provisão no montante de R\$ 2 (2017 - R\$ 4) de forma a assegurar que os ativos não estejam registrados por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

NOTA 09 – INVESTIMENTOS

Registrados ao custo de aquisição	2018	2017
Cooperativa Central Sicredi PR/SP/RJ	9.483	8.011
Sicredi Participações S.A.	7.770	7.770
Outras Participações e Investimentos	1	1
Sicredi Fundos Garantidores	1	1
Total	17.254	15.782

(i) Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Número de ações/quotas possuídas	2.515.736 ON	2.515.736 ON	1	1	9.483.085	8.011.727
	5.254.062 PN	5.254.062 PN	Quotas	Quotas	Quotas	Quotas
Percentual de participação	0,88%	0,89%	0,62%	0,61%	4,17%	4,18%
Capital social	880.597	874.847	164	164	227.306	191.882
Patrimônio líquido	906.341	893.040	252.691	240.569	228.806	193.372
Lucro líquido do exercício	14.956	16.863	12.122	35.861	-	-
Valor do investimento	7.770	7.770	1	1	9.483	8.011

NOTA 10 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

	Taxas anuais de depreciação %	2018			2017
		Custo corrigido	Depreciação/Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de Uso	-	20.664	(6.207)	14.457	12.086
Imobilizações em curso	-	2.782	-	2.782	915
Terrenos	-	3.450	-	3.450	3.200
Instalações	10%	5.750	(2.449)	3.301	3.859
Móveis e equipamentos de uso	10%	4.331	(1.558)	2.773	2.471
Sistema de comunicação	10%	343	(58)	285	117
Sistema de processamento de dados	20%	3.063	(1.872)	1.191	1.113
Sistema de segurança	10%	167	(105)	62	68
Sistema de transporte	20%	778	(165)	613	343
Intangível (i)		5.475	(2.428)	3.047	2.226
Investimentos Confederação		5.475	(2.428)	3.047	2.226
Total		26.139	(8.635)	17.504	14.312

(i) Valores reclassificados de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta" para "Outros Ativos Intangíveis", no sub grupo Intangível, referente aos investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação, sendo amortizado com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

NOTA 11 – DEPÓSITOS

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	2018				2017
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Depósitos à vista	103.795	-	-	103.795	57.588
Depósitos a prazo	20.279	35.367	207.892	263.538	268.488
Total	124.074	35.367	207.892	367.333	326.076

NOTA 12 – OBRIGAÇÕES POR REPASSES INTERFINANCEIROS

As obrigações por repasses interfinanceiros são apresentadas a seguir:

	2018	2017
Recursos do Crédito Rural	89.568	85.052
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	89.568	85.052
Total circulante	89.568	85.052
Recursos do Crédito Rural	16.323	2.520
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	16.323	2.520
Total não circulante	16.323	2.520

As obrigações por repasses interfinanceiros operam com uma taxa até 9,5% a.a. com vencimentos até 15/11/2028, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A.

NOTA 13 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos são apresentados a seguir:

	2018	2017
Empréstimos no País - outras instituições	7.010	5.593
Cooperativa Central Sicredi PR/SP/RJ	7.010	5.593
Total circulante	7.010	5.593

NOTA 14 – OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

As obrigações diversas, classificadas no passivo no grupo de outras obrigações estão assim compostas:

	2018	2017 (Reapresentado)
Cheques administrativos	1.969	2.597
Obrigações por convênios oficiais	6	5
Provisão para pagamentos a efetuar	4.758	3.769
Provisão para passivos contingentes (Nota 15)	109	233
Provisão para garantias financeiras prestadas (i)	2.810	2.256
Juros Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital - Banco (ii)	338	429
Pendências a regularizar	62	23
Operações com cartões	16.087	10.075
Demais fornecedores	648	1.007
Credores diversos	2.995	1.244
Total circulante	29.782	21.638
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital - Banco (ii)	7.170	7.170
Total não circulante	7.170	7.170

(i) Refere-se a coobrigações assumidas pelas Cooperativas na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco.

(ii) As dívidas subordinadas elegíveis a capital nível II referem-se a contratos de mútuo com cláusula de subordinação firmados em março de 2013 com vencimento em dezembro de 2021 pela Cooperativa e o Banco Cooperativo Sicredi com o objetivo de alavancar as operações de crédito, possui taxa anual de 158,5% do CDI, pagos semestralmente

NOTA 15 – PASSIVOS CONTINGENTES

A Cooperativa possui passivos contingentes em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2018	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2018
Trabalhista	15	30	(15)	30
Cível	218	227	(366)	79
Total	233	257	(381)	109

Natureza	Probabilidade de perda	2018	2017
Trabalhista	Provável	30	15
Cível	Provável	79	218
Total		109	233

Em 31 de dezembro de 2018, a Cooperativa possuía também processos de natureza Trabalhista, Cível e Tributária, cuja probabilidade de perda é possível no montante estimado de R\$ 1.554; R\$ 1.366 e R\$ 3 (2017 - R\$ 1.146, R\$ 138 e R\$ 3), respectivamente.

NOTA 16 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital Social**

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	2018	2017
Capital Social	60.008	52.891
Total de associados	32.296	27.268

Em 31 de dezembro de 2018, a cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 7.117 (2017 – R\$ 6.154), sendo R\$ 5.514 (2017 – R\$ 5.158) via integralização de resultados e R\$ 2.767 (2017 – R\$ 2.353), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 1.164 (2017 – R\$ 1.357).

b) Juros ao Capital

A Cooperativa efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 6,3% em Conta Capital, no montante de R\$ 3.474, calculados em conformidade com a Lei Complementar 130/2009, observando-se o limite da taxa SELIC

c) Destinações

A Cooperativa destinou seus resultados conforme o estatuto social, dos valores destinados 65% foram para a Reserva Legal e 5% para o FATES.

NOTA 17 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	2018	2017
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	15.424	11.723
IRPJ e CSLL pelas alíquotas fiscais	(6.478)	(4.924)
Exclusões / (Adições):		
Incentivos Fiscais	4	-
Provisão resgate de milhas cartão	47	19
Provisão PPR	-	35
Receita com atos cooperativos	4.728	3.770
Juros sobre capital próprio	1.459	1.435
Outros	696	(335)
Subtotal	6.934	4.924
IRPJ e CSLL registrados no resultado	456	-

NOTA 18 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**a) Instituições relacionadas**

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, abaixo apresentamos as principais operações realizadas:

	2018	2017
Ativo		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05)	1.117	622
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 04)	241.741	231.294
Outros Créditos - Rendas a receber	920	662
Outros Créditos - Diversos (Nota 07)	675	1.469
Investimentos (Nota 09)	17.254	15.782
Intangível (Nota 10)	3.047	2.226
Passivo		
Obrigações repasses interfinanceiros (Nota 12)	105.891	87.572
Obrigações por empréstimos (Nota 13)	7.010	5.593
Outras Obrigações - Diversas (Nota 14)	16.213	10.035
Principal e juros dívida subordinada (Nota 14)	7.508	7.599
Receitas		
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	45	33
Ingressos e receitas de Prestação de Serviços	5.171	4.033
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 20)	14.910	22.377
Despesas		
Operações de Empréstimos e Repasses	6.614	7.513
Outros Dispendios e Despesas Administrativas (Nota 19)	1.004	859
Outros Dispendios e Despesas Operacionais (Nota 21)	7.081	6.130

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	2018	% em relação ao total	2017
Depósitos à vista	259	0,25%	75
Depósitos a prazo	1.399	0,53%	926
Operações de crédito	1.393	0,41%	2.303

c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nestes dados estão incluídos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	2018	2017
Pessoas chave da administração	2.264	2.557

NOTA 19 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2018	2017
Despesa de água, energia e gás	470	392
Despesa de aluguéis	1.867	1.641
Despesa de comunicação	1.025	1.076
Despesa de manutenção e conservação	1.232	1.128
Despesa de material	452	339
Despesa processamento dados	481	284
Despesa de promoções e relações públicas	4.486	3.162
Despesa de propaganda e publicidade	376	200
Despesa de seguro	319	251
Despesa de serviços do sistema financeiro	1.676	1.637
Despesa de serviços de terceiros	371	433
Despesa de serviços de vigilância e segurança	1.283	1.174
Despesa de serviços de técnicos especializados	1.661	2.322
Despesa de serviços de transportes	921	718
Despesa de viagem	1.149	926
Despesa de depreciação	1.628	1.486
Outras despesas administrativas	2.630	1.269
Total	22.027	18.438

NOTA 20 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

	2018	2017
Recuperação de encargos e despesas	1.111	838
Ingressos depósitos intercooperativos(i)	14.352	21.731
Reversão de provisões operacionais	2.515	821
Outras rendas operacionais	907	732
Total	18.885	24.122

(i) Refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central.

NOTA 21 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2018	2017
Descontos concedidos em renegociação e crédito	1.698	791
Contribuições Cooperativistas	197	192
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	639	606
Contribuição Confederação Sicredi	4.836	3.938
Cooperativa Central Sicredi PR/SP/RJ	734	540
Encargos da administração financeira	95	123
Repasso administradora de Cartões	247	388
Depreciação e amortização (Rateio Confederação)	584	501
Outras provisões operacionais	2.689	1.787
Outras despesas operacionais	1.764	921
Total	13.483	9.787

NOTA 22 – COBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

	2018	2017
Beneficiários de garantias prestadas (i)	116.670	107.372
Total	116.670	107.372

(i) Nas garantias prestadas estão incluídas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Finame e BNDES.

NOTA 23 – GERENCIAMENTO DE RISCOS

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se a Estrutura de Gerenciamento de Capital, o Risco Operacional, de Mercado, de Liquidez, e o de Crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

I - Estrutura de Gerenciamento de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimos legais e que reflitam o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada Instituição do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de capital pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho "Sobre nós\ Relatórios e Políticas \ Gestão de Riscos \ Gerenciamento de Riscos Pilar 3".

II - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

A gestão do risco operacional é realizada de forma conjunta entre o Banco, Centrais e Cooperativas Singulares. Essas entidades tem como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistemicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações, que visa manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. São essas:

- Avaliação de riscos e controles;
- Documentação e armazenamento da base de perdas;
- Gestão de continuidade de negócios;

III - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do risco de mercado.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de mercado são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Processos destinados a monitorar e reportar a aderência ao apetite ao risco de mercado da Instituição em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das instituições do Sistema.

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento do risco de mercado pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho "Sobre nós\ Relatórios e Políticas \ Gestão de Riscos \ Gerenciamento de Riscos Pilar 3".

IV - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e;
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada Instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- O estabelecimento de processos de rastreamento e reporte da observância ao apetite ao risco de liquidez fixado na RAS;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento do risco de liquidez pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho "Sobre nós \ Relatórios e Políticas \ Gestão de Riscos \ Gerenciamento de Riscos Pilar 3".

V - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

VI - Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho "Sobre nós \ Relatórios e Políticas \ Gestão de Riscos"

NOTA 24 – ÍNDICES DE BASILÉIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos das Resoluções CMN n° 3.444/07 e n° 3.490/07 até setembro de 2013 e pela Resolução CMN n° 4.192/13 a partir de outubro de 2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

Limites operacionais	2018	2017
Patrimônio de Referência (PR)	111.927	96.565
Nível I (NI)	107.422	92.005
Capital principal - CP	107.422	92.005
Capital social	60.008	52.891
Reservas de capital	47.287	38.584
Lucros acumulados	3.174	2.099
Ajustes Prudenciais	(3.047)	(1.569)
Nível II (NII)	4.505	4.560
Letras Financeiras e Dividas Subordinadas	4.505	4.560
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	535.664	458.896
Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária	1.803	837
Margem de Capital (i)	53.879	47.543
Índice de Basileia (PR / RWA)	20,89%	21,04%
Situação de Imobilização (Imob)	14.458	12.745
Índice de Imobilização (Imob / PR)	12,92%	13,20%

(i) Margem de Capital consiste no excedente de capital da instituição aos requerimentos mínimos regulamentares e ao adicional de capital principal.

NOTA 25 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2018, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

Paulo Fernando Ozelame
Diretor Executivo
CPF: 017.229.949-75

Elio Kawka Junior
Diretor de Operações
CPF: 008.354.139-00

Eduardo Netto Sarubbi
Contador
CRC: RS-060899/O-8
CPF: 694.157.650-20

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Cafelândia / PR, 18 de fevereiro de 2018.

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Nossa Terra - Sicredi Nossa Terra PR/SP e no exercício das atribuições legais e estatutárias, examinamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração de Sobras ou Perdas, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Notas Explicativas e demais demonstrativos, e o respectivo relatório de auditoria sobre as demonstrações financeiras, documentos estes relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Pelas políticas de Governança adotadas pela Cooperativa e com base nos nossos exames e no relatório de auditoria dos auditores independentes, emitido pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S., somos de parecer favorável à aprovação das mencionadas demonstrações.

Mariza Trevisol
Conselheira

Joedir Francisco de Re
Conselheiro

Osmar Martins
Conselheiro